

O PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE E FORMAÇÃO LGBTQIA+-UFPA E A FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO POR AQUELES QUE O VIVENCIAM

Verena Holanda de Mendonça Alves¹
Jonadson Silva Souza²

RESUMO

O trabalho parte da premissa que a produção acadêmica nacional foi produzida, em sua maioria, por pesquisadores homens, que se autodeclaravam heterossexuais e, normalmente, da cor branca. Com isso, diversas falas e experiências foram caladas e destinadas ao esquecimento pelo esvaziamento de fontes que permitissem um debate com embasamento teórico e empírico. Na tentativa que remar contra esta maré de produção intelectual, o Programa de Empregabilidade e Formação LGBTQIA+ da Universidade Federal do Pará em conjunto com o Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho, lançou editais selecionando apenas pessoas que se autodeclararam integrantes da comunidade LGBTQIA+ para integrar as vertentes que compõe o projeto, quais sejam: a Residência Jurídica e a Pesquisa CensoTrans. Estes, lançaram editais vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, disponibilizando vagas específicas nos cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Dessa forma, aqueles que produzem o conhecimento serão os mesmos que experimentam a vivência que se busca estudar. Utilizando essa experiência considerada como bem-sucedida, o presente trabalho busca compreender o processo de invisibilização e ocultação das compreensões sociais não integralizadas no ‘saber’ ocidental. Analisa-se a

- 1 Doutora em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direito Penal e Criminologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Direito pelo Centro Universitário da Pará - CESUPA. Professora da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal e Democracia. Coordenadora do grupo Segurança Pública e Direito. Membro do grupo de pesquisa Mulher, Sociedade e Direitos Humanos. Advogada.
- 2 Advogado. Mestrando em Direitos Humanos pelo PPGD/UFPA; Especialista em Direitos Fundamentais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), membro da Comissão de Diversidade Sexual e Combate a Homofobia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA). E-mail: onadson78@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0109-9922>.

importância de as partes falarem por si, narrando suas vivências e não sendo caladas por terceiros que se encontram fora do sentimento de pertencer.

Palavras-chave: Gênero, produção intelectual, mercado de trabalho, programa de empregabilidade.

INTRODUÇÃO

Ao observar os corredores dos programas de pós-graduação das universidades públicas do país, pode-se ter a falsa imagem de que as mulheres e a população LGBTQIA+ são a maioria das ocupantes destes espaços. Contudo, tal premissa não corresponde a realidade da pesquisa nacional, pois apesar de cerca de 54% de pós-graduados se declararem do gênero feminino, contudo ao analisar quem detém as bolsas de pesquisa do Brasil, é possível perceber que a presença feminina e LGBTQIA+ cai conforme os níveis desses auxílios aumentam. A elite científica do Brasil é masculina e heterossexual³. Poucos são os doutores e professores de magistério superior transexuais, assim como poucas são as pesquisas específicas sobre o tema.

O presente trabalho parte da premissa de que, por mais imparcial que se considere um pesquisador, existe uma parte de si que é deixada em cada pesquisa produzida. Sejam os anos disponibilizados para tanto, ou as experiências pessoais e frustrações que se encontra pelo caminho. Sempre há uma lente específica e padronizada pela individualização humana que é deixada na produção que se faz. Considerando tal pressuposto, não é possível que um trabalho feito por homens heterossexuais, contemple os pontos de vista específicos de quem não se encaixa em tais padrões.

O presente artigo busca apresentar o Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ como um caminho de resistência, analisando a sua constituição, seus diversos braços formadores e os pesquisadores que os integram. Esclarece-se que este iniciou em 2022 e ainda está em curso, logo as informações fornecidas narram a realidade apresentada atualmente, mas muito ainda se tem para estudar e colher frutos nos meses que o programa ainda está previsto para existir. Após, utiliza-se essa experiência (considerada como bem-sucedida até o momento) para compreender a necessidade de a diversidade não ser apenas uma palavra que ocupa os títulos e palavras-chave dos trabalhos acadêmicos, mas que seja símbolo de quem está por trás da produção destas linhas.

³ Disponível em: https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0003/1083945/Elsevier-gender-report-2017.pdf. Acessado em: 26/10/2023.

O PROGRAMA DE EMPREGABILIDADE LGBTQIA+ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E DO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ é resultado de uma parceria firmada entre o Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará e o Ministério Público do Trabalho. Coordenado pelas professoras Doutor Luanna Tomaz (Coordenadora) e Valena Jacob (Vice-Cordenadora), que se apresenta o intuito “desenvolver o aperfeiçoamento profissional da população LGBTI+; ampliar o debate público sobre sexualidade, direitos LGBTI+ e acesso ao emprego e educação; desenvolver planos de intervenção e produtos para a garantia da empregabilidade e da formação LGBTI+; fomentar a produção científico-profissional da população LGBTI+”⁴.

Para alcançar tais objetivos, o programa se divide em três vertentes de atuação: a Residência Jurídica (coordenada pela Professora Doutora que ora subscreve Verena Holanda de Mendonça Alves); a Pesquisa (Coordenada pelos Professores Doutores Saulo Monteiro Martinho de Matos e Breno Baía Magalhães); e a vinculação dos Programas de Pós Graduação em Direito - PPGD e em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA.

Importante destacar que todas as vertentes do programa dividem uma característica em comum: são formadas por pessoas que se autodeclararam como LGBTQIA+ das mais diversas áreas de conhecimento. Tal condições estava prevista em todos os editais publicados para selecionar os integrantes do programa (nas três vertentes citadas). Isso se justifica pela premissa de que aqueles que experimentaram a vivência central do projeto (com todos os seus prós e contras) seriam mais capazes de produzir dados com maior honestidade, pautados na realidade e na busca pela alteração (para melhor) da sociedade que ocupam.

Dito isso, o primeiro braço do projeto é a Residência Jurídica. Esta oferece oportunidades remuneradas para que cinco pessoas graduadas e dois integrantes graduandos tenham a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos teóricos e práticos através das ações planejadas e realizadas pelo programa. Apesar do nome poder induzir o leitor a acreditar que versa apenas sobre um conhecimento da área jurídica, tal compreensão não está correta. A residência é composta por uma equipe multidisciplinar, havendo integrantes das seguintes áreas: direito, psicologia, serviço social, ciência da computação e arquitetura. Estes desenvolvem ações afirmativas voltadas ao público-alvo.

⁴ Disponível em: <https://www.icj.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=793>. Acessado em? 22/03/2023, às 13:15.

O segundo local onde o programa se desenvolve é a área da pesquisa. Seus integrantes verificaram que não existiam dados sobre a população Trans e seu acesso ao mercado de trabalho na região norte do país. Frente tal lacuna significativa, se propuseram a suprir tal ausência. Para tanto, confeccionaram um questionário intitulado “CensoTrans” que compila informações necessárias e importantes de se tornarem públicas, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto empírico.

Por fim, a vinculação dos Programas de Pós Graduação em Direito - PPGD e em Direito e Desenvolvimento na Amazônia - PPGDDA ao programa em análise possibilitou a criação de diversas oportunidades acadêmicas para a população LGBTQIA+, quais sejam: a criação e disponibilização de 10 das 25 vagas da Especialização “Promoção de Políticas Públicas sobre Gênero e Sexualidade na Amazônia” (cinco vagas foram direcionadas especificamente para pessoas Transgênero e cinco vagas para LGBQIA+); a possibilidade de competir por duas vagas no mestrado em Direito, sendo uma para pessoa transgênero (travesti, transexual ou não-binária) e uma para LGBQIA+ em situação de vulnerabilidade econômica; uma vaga no Doutorado em Direito para pessoa transgênero; uma vaga para estudante transgênero visitante para estágio pós-doutoral vinculado ao programa de pós-graduação em Direito; uma vaga para docente visitante que se autodeclare como pessoa transgênero no curso de Direito da UFPA.

Todas as vagas citadas foram preenchidas. Destaca-se que tais ingressantes se propuseram a estudar, nas mais diversas áreas de conhecimento, a população LGBTQIA+ como objetivo central, desenvolvendo pesquisas inovadoras (nunca realizadas no país). Contudo, além do tecnicismo acadêmico, é motivo de orgulho para o Instituto que pensou o projeto, o fato de que tais conteúdos estão sendo pensados por aqueles que mais podem narrar as vicissitudes de ocupar tais corpos, havendo, então, uma possibilidade maior de que as pesquisas realizadas sejam mais honestas e vinculadas ao desejo de alteração e melhora da sociedade em que se vive.

Por se tratar de um programa novo em idade, suas vertentes estão em pleno desenvolvimento. Portanto, os resultados numéricos de tais oportunidades só poderão ser percebidos em alguns anos. Contudo, no presente momento, já é possível inferir que a semente plantada pelo programa já gera frutos positivos para aqueles que o integram e aqueles atingidos pelas ações desenvolvidas (mais de cem pessoas integrantes da população LGBTQIA+) pensando na efetivação de Direitos furtados ao longo da história.

AS VOZES DO PROGRAMA: O SUBALTERNO FALANDO

É essencial que a população LGBTQIA+ tenha voz através de si própria e dos seus integrantes. Não parece correto, para as bases diretivas do projeto em análise, que outros indivíduos deslocados de tal realidade, se apoderem de falas e experiências que não lhes pertencem, opinando ou avaliando estas.

Dessa forma, pensar nas violações de direitos fundamentais da comunidade LGBTQI+, é antes de tudo, um exercício de memórias históricas, que vem desde fatos como por exemplo o assassinato do indígena Tibira e a normatização forçada do corpo de Xica Manicongo, até a morte brutal de Dandara dos Santos em Fortaleza, Ceará. A história nos remonta a um passado presente, que desde sempre alija, silencia e extermina os corpos marcado como dissidentes pela cisheternormatividade. (ANTRA, 2020-2021). Tal exclusão se apresenta nas ações sociais, como inserção no mercado de trabalho, disparidade salarial, violação de direitos até fatos sociais como o convívio familiar. O presente artigo busca apresentar, sobretudo, a exclusão da produção acadêmica e dos espaços que esta, normalmente, se dá.

Uma cisnormatividade dominante tem implicações práticas em todos os âmbitos da sociedade, incluindo as Universidades e, conseqüentemente há ingerência desse modelo de controle corpóreo sobre o público que é legitimado e autorizado a frequentar esses espaços, considerando que é um espaço de poder e produção de conhecimento, e o cis-tema não permite que corpos abjetos se apropriem de modos de poder. (PEREIRA, 2017).

Nesse contexto, rompendo com a lógica de exclusão imposta no seio da sociedade, há junto ao programa de Empregabilidade e Formação LGBTQI+ corpos outrificados, que pensam e criam estratégias contra a exclusão sistêmica que acomete gays, bissexuais, transexuais e travetis e as demais siglas da comunidade. A fala dessas pessoas é essencial para a compreensão das violências as/os acometem e para que pensemos soluções, além dos olhos de pessoas não LGBTQI+.

Em um dos eventos realizados pelo programa de empregabilidade, em setembro de 2022, intitulado “Democracia, gênero e inclusão: Um debate sobre diversidade na política” uma das palestrantes, Bárbara Pastana, travesti e militante em movimentos sociais de luta pelos direitos das pessoas LGBTQI+, em sua fala ressaltou “[...] não se pode fazer política para mim, sem mim [...]”, a frase nos leva a uma profunda reflexão sobre a necessidade do deslocamento epistêmico do local de fala e de entendermos a lógica de opressor e subalterno que impera na sociedade como um todo. (Spivak, 2021).

Uma ação como o programa de empregabilidade em análise, pensado para receber pessoas LGBTI+, oportuniza que a academia se aproxime empiricamente das vivências e existências desse grupo vulnerabilizado, validando os conhecimentos práticos destes e suas histórias de vida, que, por sua vez, são importantíssimos para a compreensão da violência, da falta de oportunidades acadêmicas e profissionais que são constância na vida da comunidade LGBTI+.(Spivak, 2021). Sendo assim, mostra-se como um passo essencial para uma sociedade que intente melhorar e desenvolver políticas públicas mais igualitárias e conscientes das mazelas e vitórias do espaço que se pretende atingir.

O programa, tem construído um diálogo plural com a sociedade buscando entender de que forma pode contribuir para que a Universidade Federal do Pará rompa com qualquer forma de discriminação, sejam elas de cunho racial, de orientação sexual e de gênero, contra a população LGBTQIA+ e as pessoas de baixa renda.

CONCLUSÃO

É entristecedor pensar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no ano de 2023 (dois mil e vinte e três), mais triste é saber que essa morte não se dá apenas com o fim da vida corpórea. Percebe-se que esta se dá pelas perdas de oportunidades, pela ausência de estudos, pela falta de oportunidades de trabalho, pela impossibilidade de usar o banheiro de acordo com gênero que se identifica, pelo não uso do nome que faz jus, enfim, a morte é a certeza diária e ausência de voz para gritar neste percurso acaba sendo uma realidade sufocante.

Pensando essa estrutura LGBTfóbica, o programa de empregabilidade da Universidade Federal do Pará e do Ministério Público do Trabalho tem construído uma base forte com promoção de ações e propostas que tem causado discussões tanto ambientes acadêmicos, como na sociedade civil, sobre a importância de promover, respeitar os direitos das pessoas LGBTI+. Destaca-se que estas ações são sempre feitas de maneira organizada e planejada por membros da comunidade LGBTQIA+, o que garante maior eficiência e impacto social dos projetos desenvolvidos.

É necessário mencionar que o programa ainda está em andamento e já colhendo bons frutos, o que denota uma leve, porém satisfatória mudança de pensamento estrutural. Muitas instituições e pessoas físicas buscando aprender mais através das ações afirmativas desenvolvidas. No âmbito acadêmico, trabalhos (como este que aqui se desenvolve) nos mais diversos níveis (especialização,

mestrado, doutorado e pós doutorado) foram e estão sendo desenvolvidos, fornecendo voz e espaço para os integrantes selecionados dentro da parcela LGBTQIA+ da sociedade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

PEREIRA, Feitosa, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política da população lgbt no Brasil. Revistas Artemis. Brasília. Vol XXIV. n.p.120-131. Jun-dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/gwao.12481>>. Acesso em: mar de 2023

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 5ª. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

TOMAZ, Kleber. Mais da metade de alunos trans da USP denunciam preconceito; Defensoria recomenda ações contra transfobia na universidade. g1, 08 jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/08/mais-da-metade-de-alunos-trans-da-usp-denunciam-preconceito-defensoria-recomenda-acoes-contratransfobia-na-universidade.ghtml>>. Acesso em: 30 mar. 2023.